

Simonsen prevê um crescimento de até 6% para nossa economia. E acha pouco.

JORNAL DA TARDE

12 de maio de 1981

Ele também discute os juros, na posse do presidente da Bolsa.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirmou ontem que é perfeitamente possível um crescimento econômico entre 5 e 6% este ano:

— Não é muito, após um ano de recessão. Tome-se 66, o ano seguinte à crise de 65, quando a produção industrial cresceu 9,9% após cair 4,7% em 65.

Simonsen conversou com os jornalistas antes da cerimônia de posse de Eduardo da Rocha Azevedo como presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, pelo período de um ano, em substituição a Fernando Luiz Nabuco de Abreu. Os dois corretores paulistas foram largamente elogiados pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, durante a solenidade realizada no pregão da Bolsa de São Paulo.

— Jovem, entusiasta, inteligente, acreditamos nas coisas que realizou com elevado espírito público. Trabalhou conosco, cooperou com o governo. Aumentou a confiabilidade e a credibilidade que a instituição granjeou. Eu o felicito, Fernando Nabuco, por sua gestão — disse Galvêas antes de saudar, com palavras semelhantes, também Rocha Azevedo.

— Eduardo da Rocha Azevedo — declarou o ministro — é merecedor de minha confiança e dos homens que atuam na administração pública. Você vai receber a solidariedade do governo.

A defesa dos juros altos

Falando mais tarde aos jornalistas, Galvêas não previu redução nos juros, salvo como decorrência de queda da inflação ou das taxas internacionais. O ministro repetiu o ponto de vista, expresso pela primeira vez por Delfim Neto em 1981, de que dos juros é preciso deduzir a parcela que será abatida do Imposto de Renda, de até 40%. “A partir daí é que se deve imaginar a taxa de juros” — assinalou.

O ministro da Fazenda defendeu a tese de que a recessão econômica de 1981 não se deveu ao elevado nível dos juros, mas à taxa da inflação. “O que reduziu o crescimento econômico — ponderou — foi a taxa de inflação. Os empresários param seus planos de investimento com 100% de inflação, o mesmo ocorrendo quando a inflação chega a 10% nos Estados Unidos e a 15% na Inglaterra. A inflação ascendente paralisa a economia pela paralisação do crescimento. No dia em que os empresários retomarem o crescimento, o processo todo se reativará”.

Mário Simonsen fizera afirmações correlatas antes. O ex-ministro da Fazenda e do Planejamento declarou que a recuperação do PIB é compatível com juros reais.

As opiniões foram diversas, porém, sobre outros temas. Galvêas insistiu em que acredita numa evolução positiva do PIB em 1981, embora prefira esperar os dados do IBGE. Simonsen, porém, formulou uma pergunta: “Se subitamente se dissesse que o PIB foi calculado pelo IBGE e não pela FGV, o que todo mundo pensaria?”. Evitou, porém, a resposta. “É uma pergunta em aberto. Aparentemente — acrescentou — para falar em crescimento foram usados dados do ICM, mas aí seria preciso considerar as isenções, as datas de recolhimento. Portanto, do ICM não se pode ter uma conclusão sobre o produto real”. Além disso, Simonsen mencionou a dificuldade de estimar a taxa correta de inflação para calcular o produto, recordando que há índices de 91%, como o INPC, e que chegam a 100%. “Entre ambos — disse — o crescimento do PIB pode ser negativo ou positivo”.

Problema: os impostos.

Simonsen considerou que os itens mais negativos da política tributária são o Imposto de Renda e o IOF. “No caso do Imposto de Renda — afirmou — é preciso estabelecer um sistema efetivo de bases correntes para as pessoas físicas, e, para as pessoas jurídicas, a data do débito seria a do encerramento do balanço”. Defendeu a eliminação do IOF, mas isto foi rejeitado por Galvêas. “Hoje, eu não tenho planos para abrir mão dele”.

Em seu discurso de posse, Eduardo da Rocha Azevedo considerou fundamental a presença do investidor individual em Bolsa, por exemplo mediante clubes de investimentos. Defendeu, ainda, isenção do Imposto de Renda para aplicações do rendimento de ações, mas o presidente da CVM, Herculano Borges da Fonseca, considerou difícil a criação de incentivos fiscais, “numa fase de eliminação de incentivos”.

Borges da Fonseca anunciou a ampliação da CVM em São Paulo, onde está um terço das companhias abertas que captaram, em 1981, cerca da metade da colocação de emissões de ações e debêntures. “Haverá em São Paulo uma mini-CVM” — anunciou, com departamentos de fiscalização, investidores e relações com o mercado.